

AOS TRABALHADORES DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO



Vamos entrar num ciclo eleitoral, marcado pela realização de três actos eleitorais: europeias, legislativas e autárquicas. Todas estas eleições assumem na actual situação económica e social uma grande importância e uma oportunidade para todos os trabalhadores demonstrarem o seu desagrado pelas políticas deste governo/PS.

Os últimos quatro anos ficaram marcados pelas atrocidades do PRACE e por um largo conjunto de medidas legislativas com as quais o Governo PS, refugiando-se numa dita modernização da Administração Pública, desferiu um ataque sem precedentes aos direitos dos trabalhadores da Administração Pública, piorando as suas condições de vida e de trabalho e degradando ainda mais o seu poder de compra. Primeiro por causa do défice, depois por causa da crise, têm sido sempre os mesmos a pagar os efeitos da política de direita!

O Governo alterou as carreiras, os vínculos e as remunerações dos trabalhadores e criou uma nova filosofia de gestão, cujo fio condutor é a filosofia do despedimento fácil, da precariedade e da privatização de serviços públicos, conferindo poder discricionário às chefias, dando-lhes total liberdade de construir os mapas de pessoal para os "seus amigos"; o SIADAP, a Mobilidade Especial, o Estatuto Disciplinar e a inadaptação convergem para esse objectivo de criação de condições para os despedimentos, contribuindo para a insegurança, instabilidade e receio dos trabalhadores, pondo em causa o papel e independência dos funcionários do Estado, tal como a Constituição os define e alargando as injustiças e dificuldades no funcionamento e qualidade dos serviços públicos.

Na verdade o que Sócrates conseguiu foi responder à pressão das clientelas económicas entregando-lhes lucros das funções do Estado designadamente nas áreas da saúde, educação e segurança social. Só assim se explica que haja o encerramento de serviços públicos de saúde e de escolas em locais onde depois surgem hospitais e colégios privados.

O IST não foge à regra. A juntar aos ataques aos trabalhadores da Administração Pública a retirada do vínculo, a destruição das carreiras, o SIADAP, os mapas de pessoal anuais e todas as formas de facilitação de despedimento, os trabalhadores estão ainda confrontados com um novo estatuto do ensino superior que procura tirar o lugar dos trabalhadores dos órgãos de gestão e

caminha-se a passos largos para uma privatização chamada "Fundação", com consequências previsivelmente negativas para os trabalhadores.

Os únicos beneficiários do PRACE e da política do Governo são os grandes interesses económicos e financeiros, à custa dos trabalhadores da Administração Pública e das Populações que viram limitado ou cortado o acesso aos serviços públicos gratuitos, porque cada vez mais apenas quem pode pagar tem acesso a eles.

À boleia da crise e do seguidismo da política da União Europeia, em quatro anos de maioria absoluta PS/Sócrates só piorou a vida dos trabalhadores, das populações e a situação do País. Estamos hoje pior do que estávamos há quatro anos.

O PCP, solidário com a justa luta dos trabalhadores da Administração Pública, assumindo as suas reivindicações e convicto de que a lei dos vínculos, carreiras e remunerações e as novas normas da aposentação, violam princípios constitucionais, desenvolveu esforços na Assembleia da República para reunir um número mínimo de assinaturas necessárias (23 = 10% do total de deputados), para solicitar ao Tribunal Constitucional a fiscalização sucessiva da constitucionalidade daquelas leis.

Também no Parlamento Europeu os deputados da CDU defendem intransigentemente os direitos dos trabalhadores. Os nossos deputados europeus são os que mais trabalham e assumiram sempre a luta dos trabalhadores, opondo-se à liberalização dos serviços públicos e tendo tido um papel decisivo na derrota da intenção de aumentar o tempo de trabalho até às 60 horas semanais.

Onde há deputados da CDU, seja na Assembleia da República, seja no Parlamento Europeu, temos provas dadas de que os trabalhadores estão melhor representados.

Em ano de eleições os trabalhadores da Função Pública, mais de 700 mil, têm forte oportunidade de julgar e condenar a acção do Governo PS/Sócrates e de exigir um novo rumo para a vida política Nacional, continuando as lutas gigantescas que têm travado e levando a sua luta até ao voto.

Por estas razões, quando maior for a força do PCP, CDU, no Parlamento Europeu e na Assembleia da República mais bem defendidos estarão todos os trabalhadores e seus direitos.



**nova política
uma vida melhor**

PCP-PEV



23 MAIO

15H00 • SALDANHA - MARQUÊS POMBAL • LISBOA

MARCHA

**PROTESTO
CONFIANÇA
E LUTA!**